

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO PROGRAMA PATRONATO: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO ATUAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre o contexto atual do processo de municipalização do Programa Patronato em Ponta Grossa/Pr. Trata-se de revisão bibliográfica e estudo documental. Aborda-se, inicialmente, o histórico dos projetos e programas desenvolvidos historicamente no Estado do Paraná para o atendimento de egressos do sistema carcerário e do público das alternativas penais, atualmente atendidos pelo Patronato. Na sequência aborda-se o contexto atual do processo de municipalização das ações do Programa em Ponta Grossa. O diálogo em torno da temática foi reaberto entre representantes da Prefeitura Municipal, Ministério Público e Patronato. Considera-se que houve um fortalecimento da rede de apoio às ações do Programa, nesse contexto.

Palavras-chave: Programa Patronato. Municipalização. Ponta Grossa.

INTRODUÇÃO

O Programa Patronato de Ponta Grossa se configura como um órgão de execução penal que atua no município de Ponta Grossa, sob esta denominação desde o ano de 2013. Durante respectivo ano foram realizados esforços para que se iniciasse um processo de municipalização das ações do Programa. Assim, foi um momento importante na procura pelo fortalecimento das suas ações na esfera municipal. O diálogo foi retomado no ano de 2016, quando do compromisso do Programa Patronato, da Prefeitura Municipal e do Ministério Público atuante na Vara de Execuções Penais no município em reabrir o diálogo sobre esta questão. No atual contexto, conquistou-se alguns avanços na perspectiva do fortalecimento da rede de apoio para a realização do atendimento ao público-alvo das ações do Programa.

Neste sentido, o presente trabalho visa refletir sobre o atual contexto do processo de municipalização do Programa Patronato no município de Ponta Grossa. Considera-se que esse processo é importante para o fortalecimento das ações de atendimento do público alvo do Patronato, junto aos serviços municipais, em especial de educação, saúde e assistência social.

OBJETIVOS

Refletir sobre o contexto atual do processo de municipalização do Programa Patronato em Ponta Grossa.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho realiza-se uma revisão bibliográfica em torno das produções sobre o histórico das ações voltadas ao público atendido pelo Programa, no Estado do Paraná, desde o surgimento do Projeto Albergue até o Programa Patronato. Procedem-se ainda análise documental de registros sobre o atual contexto de diálogo com o Ministério Público e representantes da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa sobre a municipalização do Patronato.

RESULTADOS

Na busca pela solução de problemas com a superlotação nos presídios e na tentativa de evitar que réus primários passassem a sofrer influência de um público com maior envolvimento com a criminalidade, foram adotadas no país as prisões-albergues no ano de 1965. A partir disto, os sentenciados tiveram a oportunidade de passar a cumprir o restante de sua pena em forma de regime de semiliberdade. Como iniciativa do Promotor de Londrina-Pr, Nilton Bussi, foi desenvolvido o Projeto Albergue, junto a Cadeia Pública da cidade (DEPEN, 2014). Posteriormente, o Secretário de Estado da Justiça, pela Resolução 093, de 23 de maio de 1977, aprova o Projeto Themis, o qual desenvolvia trabalhos a nível estadual visando à promoção da campanha de humanização de penas e sua fiscalização. (DEPEN, 2014) Este Programa obteve alterações devido a mudanças na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), no qual previu assistência aos assistidos ou egressos do sistema prisional. Esta alteração gerou mudança na denominação do Projeto Themis para Pró-Egresso, através do Decreto nº 4.788/85, que estipulou o funcionamento do mesmo para que fosse desenvolvido em todas as Comarcas do Estado.

Em Ponta Grossa, o Programa Pró Egresso, ganhou visibilidade através de um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, por meio de um contrato com a Secretaria do Estado da Justiça, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, tendo em vista disponibilizar o acompanhamento profissional aos prestadores do Programa que tiveram uma sanção penal. A Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, somente no ano de 2013, instituiu uma nova estrutura para o funcionamento e execução do Programa no estado do Paraná, esta nova estrutura acarretou na mudança do nome, que passou a ser Programa

Patronato. Neste momento, os prestadores passam a ser chamados de “assistidos”. Esta denominação refere-se tanto aos egressos do sistema penal quanto aos autores de crimes de menor potencial ofensivo (beneficiados com penas ou medidas alternativas à prisão), evitando diferenciação no acompanhamento oferecido. (PATRONATO, 2014). Desde então, o Programa passou a ser desenvolvido, através do Programa Universidade sem Fronteiras – USF, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- SETI, em parceria, num primeiro momento com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU e, atualmente, com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP.

O Programa Patronato possui uma equipe multidisciplinar que envolve graduados e graduandos das áreas de Serviço Social, Direito, Psicologia, Administração e Pedagogia. Seu objetivo é acompanhar/fiscalizar o cumprimento das determinações judiciais impostas aos egressos do sistema prisional, beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, prestação de serviços à comunidade e ao público das penas e medidas alternativas, no município de Ponta Grossa. Para tanto, presta atendimento jurídico, pedagógico, psicológico e social, realizando o acompanhamento individual dos casos e desenvolvendo atividades/projetos que estimulam a reflexão da realidade do indivíduo e de seu delito, na sua interface com diferentes questões que envolvem o convívio social e o exercício da cidadania.

O público atendido pelo Patronato é encaminhado pelos seguintes órgãos do Poder Judiciário: Vara de Execuções Penais, Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais, Justiça Federal, Justiça Militar e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.

Conforme o artigo 61 § IV da Lei nº 7.210/84 o Patronato está previsto como um Órgão da Execução Penal, o qual

[...] encontra suporte nas diretrizes políticas estaduais, estruturando suas ações através de parceria entre a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, Prefeituras Municipais, Conselhos da Comunidade. (DEPEN, 2014).

O Programa Patronato tem o propósito de desenvolver atividades de forma educativa e ressocializadora para os assistidos prestadores de PSC, visando os direitos humanos bem como seus direitos e deveres como cidadãos. Ao realizar o serviço comunitário, o assistido acaba convivendo em uma realidade, que por muitas vezes, o faz questionar sobre seus princípios e valores. São realizadas atividades à luz da educação para jovens e adultos, palestras e encaminhamentos para cursos profissionalizantes, entre outras ações que têm por finalidade a não reincidência e a sua reinserção social. A equipe multidisciplinar do Programa

executa palestras de acompanhamento específico em projetos que estão previstos na Cartilha do Patronato como: Pró-Labor, BLITZ, E-LER e SAIBA. Estes visam atender demandas específicas para o trabalho, questões do trânsito, escolarização e usuários de substâncias psicoativas. Desde 2013 o Programa tem realizado suas ações inteiramente financiado e mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, em parceria com o Programa Universidade Sem Fronteiras, ao qual encontram-se vinculadas as Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia e de Segurança Pública e Administração Penitenciária.

Quando houve a mudança de Programa Pró Egresso para Programa Patronato, a perspectiva de trabalho era a sua municipalização. Durante o ano de 2013, a equipe do Programa Patronato, com apoio da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da UEPG, realizou diversas reuniões com representantes do governo municipal, momento em que estes se comprometeram em trabalhar para que esse processo se concretizasse, em Ponta Grossa. (PARANÁ. Relatório de Municipalização do Patronato, 2013). De 2013 em diante, a Prefeitura passou a contribuir com a disponibilização de alguns profissionais para atuação no Programa. Entretanto, com o passar do tempo, os mesmos se desligaram do Patronato, e com isso a Prefeitura havia deixado de colaborar para as suas ações.

Segundo dados obtidos das atas de reuniões realizadas pela Promotoria Pública do município, junto com Patronato e a Prefeitura Municipal, tem-se que ano de 2016 foi retomado o diálogo com a Prefeitura Municipal, em articulação com a atuação da Promotoria Pública atuante na Vara de Execuções do Município. Inicialmente, as comunicações foram realizadas formalmente pela Promotoria, com envio de ofícios com a solicitação de maiores informações sobre a contribuição da Prefeitura Municipal e neste ano de 2017, se iniciou um grupo de trabalho junto de representantes da Prefeitura Municipal, das secretarias de educação, segurança pública, trabalho, saúde e assistência social, com a participação da equipe do Patronato e da Promotoria Pública. Desde o início deste grupo de trabalho foram realizadas 8 (oito) reuniões com objetivo de retomar o diálogo sobre o processo de municipalização do Programa. O que se tem observado, neste processo, é o fortalecimento de ações em parceria com as diferentes secretarias, que têm participado das respectivas reuniões. Até o momento foram realizadas novas articulações com a Gerência do Trabalhador, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação para fins de encaminhamentos de prestadores de serviços à comunidade para cumprimento da respectiva pena e ainda para atendimento específico de cada uma das áreas. Outro importante avanço foi o diálogo aberto com a Câmara Municipal de Vereadores. Esta casa legislativa encaminhou proposta de projeto de lei ao executivo municipal para que o prefeito avalie a possibilidade de

encaminhá-lo à Câmara Municipal, como projeto apresentado pelo executivo, uma vez que o projeto, uma vez aprovado, gerará custos ao erário público. Consideramos, portanto, que nesse contexto de reabertura do diálogo sobre o processo de municipalização do Programa Patronato, a Prefeitura Municipal e a câmara de vereadores passaram a refletir em conjunto sobre alternativas de encaminhamento que venham a fortalecer as ações do Programa, num contexto a curto prazo e que o diálogo já dá sinais de que um novo contexto se abre de fortalecimento do debate sobre a municipalização do Programa no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos perceber, o Programa Patronato teve um longo percurso até chegar à denominação atual. Este Programa atende uma parcela da população que se encontra em conflito com a lei. Conforme vimos o trabalho é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar envolvendo os profissionais de serviço social, direito, psicologia e pedagogia com o objetivo de trabalhar pela ressocialização dos egressos do sistema carcerário e do público das alternativas penais e a não reincidência criminal.

Verificamos que o Programa Patronato é gerido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e conta com o financiamento do Programa Universidade Sem Fronteiras, que se desenvolve em parceria da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Desde 2013 quando as ações do Pró-egresso passaram a ser realizadas sob a denominação de Patronato, houve orientação por parte do Estado para que suas ações fossem municipalizadas. Entretanto, no município de Ponta Grossa este processo não se efetivou até o presente momento. No atual contexto foi reaberto um diálogo entre representantes da Prefeitura Municipal, do Programa Patronato e do Ministério Público. Diversos encaminhamentos já foram realizados na perspectiva da disponibilização de recursos financeiros e humanos para um maior fortalecimento das ações do Programa, visando um atendimento de qualidade para seus assistidos.

Desde o início deste processo ocorreram avanços com relação a parcerias firmadas com a Gerência da Agência do Trabalhador, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e articulação com a Câmara de Vereadores de Ponta Grossa. Porém, este processo não mostra consolidado, no município. Conquanto, dá sinais de avanços no contexto atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 27, jun. 2017.

PARANÁ, Governo do estado. **Municipalização da execução das alternativas penais**. Curitiba: Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2013.

PARANÁ, Governo do estado. **Patronato Penitenciário do estado do Paraná - PCTA**. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>> . Acesso em: 27, jun. 2017.

PARANÁ, Governo do estado. **Patronato Central do Estado**. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=217>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

PATRONATO CENTRAL DO ESTADO. **Programa Patronato: Programa de Municipalização do Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas em Meio Aberto**. Disponível em: www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha_patronato_SEJU_29.pdf. Acesso em: 27 jun. 2017.

PONTA GROSSA, Ministério Público. **Procedimento Administrativo no. MPPR-0113.16.000350-6. 2013**. Ponta Grossa, 2017.